



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ**  
**Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202060000705	Distribuição: 24/06/2020
Número Único: 0000685-33.2020.8.25.0002	Competência: Aquidabã
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: JOAO PAULO DE SOUZA

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: AQUIDABA - Estado: SE - CEP: 49790000

Requerente: Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL

Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua Senador Dantas

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ**  
**Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

24/06/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

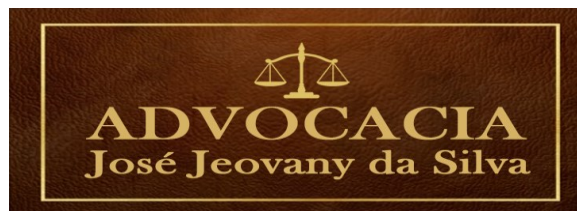
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202060000705, referente ao protocolo nº 20200623152603428, do dia 23/06/2020, às 15h26min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE AQUIDABÃ - SERGIPE**

**JOÃO PAULO DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG nº 3.718.348-6 SSP/SE e CPF nº 072.834.755-59, residente e domiciliado no Povoado Moita Redonda, S/N, Zona Rural, Aquidabã/SE, CEP 49.790-000, Tel.: (79) 99651-8460, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

**DOS FATOS**

No dia 27 de Setembro de 2019, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/NXR 150 BROS ES, ano 2012/2012, cor vermelha, placa OER-



8548, CHASSI 9C2KRD0550CR597129, Nossa Senhora das Dores/SE, em nome de Celso de Souza, quando colidiu a motocicleta em um buraco, vindo o Requerente cair abruptamente ao chão, conforme registro policial de ocorrência anexo

Destarte, o Requerente sofreu fratura na perna esquerda em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 23 de Dezembro de 2019, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 23 de Dezembro de 2019, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. **Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o esgotamento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).  
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE)DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).**





EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. **“O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.** (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

## **DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) **A concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a



não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja a **presente ação julgada totalmente procedente, condenando a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 23 de Junho de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



## **ANEXO I**

### **QUESITOS PARA PERÍCIA**

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?



## P R O C U R A Ç Ã O

**OUTORGANTE:** Mário Paulo de Souza, brasileiro,  
solteiro, formado em Direito no RGSP - N.  
3.718.348-6 SSP/SE e no CPF sob N. 072  
834.755-59 residente e domiciliado no  
Parque Mata Redonda, S/N Zona Ru-  
ral, Aguiarã/SE, CEP: 49.790-000.

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

**FINALIDADE:** propor ação de cobrança.

N. Sr. da Glória/SE 23 de junho de 2020

Mário Paulo de Souza  
Assinatura






## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** João Paulo de Souza Brasileiro  
Salvino Carmo dos Santos no RG sob  
N.º 3.718.348-6 SSP/SE e no CPF sob N.º  
072.834.755-59, residente e domiciliado  
no povoado Monte Redonda, SN, Zona  
Rural, Aguiar/SE, CEP: 49790-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da “Gratuidade da Justiça”, que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N.º da Orla/SE 23 de Junho de 2020

  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, João Paulo de Souza, portador(a)  
do RG sob n. 3.718.348-6 expedido pelo SSP/SE em     /     /    , e no  
CPF sob n. 072 834 755-59, venho, por meio desta, declarar que resido  
neste endereço: Parqueado Monte Redonda, 511,  
Bairro: Zona Rural, Cidade: Aquidauã,  
UF SE, CEP: 49790-000

N. Sig. da Gráfica SE 23 de Junho de 2020

João Paulo de Souza  
Assinatura



João Paulo de Souza

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Modelo Oficial Brasileiro

JOÃO PAULO DE SOUZA

CELSO DE SOUZA

VALDICE MARCIZA DOS SANTOS SOUZA

PRÓPRIA-SE

15/11/1998

CT. NASCIMENTO NR 20923 LV A26 FL 191

072.834.755-59









GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DISTRITAL DE CANHOBA - CANHOBA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 116789/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 06/11/2019 09:23 Data/Hora Fim: 06/11/2019 09:29  
Delegado de Polícia: Paulo José Barbosa da Silva

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Distrital de Canhoba  
Data/Hora do Fato: 27/09/2019 05:50

Local do Fato

Município: Aquidabã (SE)  
Logradouro: rodovia graccho a aquidabã

Bairro: Sede  
Nº: s/n  
CEP: 49.790-000

Tipo do Local: Outro

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1103: OUTROS FATOS ATÍPICOS	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOAO PAULO DE SOUZA (VÍTIMA, COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: SE - Aquidabã	Sexo: Masculino	Nasc: 15/11/1998
Profissão: Agricultor			
Estado Civil: Solteiro(a)			
Nome da Mãe: Valdire Naraiza dos Santos Souza			

Endereço

Município: Aquidabã - SE  
Logradouro: povoado moita redonda  
Complemento: próximo ao arrastento

Nº: s/n  
CEP: 49.790-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

QUE, no dia, hora e local acima citados, QUE, estava seguindo via Moita Redonda a Aquidabã, quando colidiu a moto em um buraco causando uma fratura na perna esquerda, moto de marca/modelo: Honda NXR Bros ES, Ano: 2012, Cor: Vermelha, Placa: QER 8548, Chassi - 9C2KRD26550CR597129, Registrada em nome de GELSO DE SOUZA Para fins de DPVAT.



Delegado de Polícia Civil: Paulo José Barbosa da Silva  
Impresso por: Museu de Roraima - Aquidabã  
Data de Impressão: 06/11/2019 09:30  
Protocolo nº: Não Responsável

Página 1 de 2

FPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DISTRITAL DE CANHOBA - CANHOBA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 116789/2019

ASSINATURAS

P/ Ernando F. de Silva

Mateus de Souza Amorade

Agente de Polícia

Matrícula: 1102662

Responsável pelo Atendimento

João Paulo de Souza

João Paulo de Souza

(Comunicante / Vítima)

"Declara para os devidos fins de direito que sou o(a) signatário(a) responsável(a) pelas informações aqui apresentadas e que não possui qualquer vínculo civil e criminalmente pelo presente documento que del originou, conforme previsto nos Artigos 306-Denúnciação Calúnia e 307-Denúnciação Falso de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Paulo José Barbosa da Silva  
Impresso por: Mateus de Souza Amorade  
Data de Impressão: 06/11/2019 09:30  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPG - Procedimentos Policiais Eletrônicos

/DATASUS HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE  
O. DO BE: 58928 DATA: 27/09/2019 HORA: 11:13 USUARIO: ISINACIO  
NS: SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE  
OME : JOAO PAULO DE SOUZA DOC....  
DADE.....: 20 ANOS NASC: 15/11/1998 SEXO...: MASCULINO  
NDERECO.....: POV MOITA REDONDA NUMERO:  
OMPLEMENTO....: 708508324157579 BAIRRO: ZONA RURAL  
UNICIPIO.....: AQUIDABA UF: SE CEP....: 49790-000  
OME PAI/MAE...: CELSO DE SOUZA /VALDICE NARCIZA DOS SANTOS SO  
ESPONSAVEL....: JOAO BATISTA IRMAO TEL....: 79/9651846  
ROCEDENCIA....: AQUIDABA 0  
TENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)  
ASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
CID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

A: [ X mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]  
XAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

USPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

ADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS:           /          /            
*fratura no tornozelo, dor no local.*

NOTACÕES DA ENFERMAGEM: *alívio da dor com analgésico*  
*fratura exposta e fixada*

DIAGNOSTICO: *fratura exposta do fêmur* CID: *S82.0*  
PRESCRICAO | HORARIO DA MEDICACAO

1) cefazolin 2g + 20ml de água	11:45 <i>Alves</i>
2) sint 250 ve <i>(1x)</i>	
3) fentanyl 50mcg + 500ml de água	
4) profenil 100mg + 100ml de água	
5) fentanyl 50mcg + 500ml de água	Nat Pen
6) profenil 100mg + 100ml de água	

ATA DA SAÍDA: / / HORA DA SAÍDA: :  
LTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR): *João Ferreira Alves*  
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):  
BITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FARMACOLOGIA [ ] ANAT. PATOL  
CRM-SE 2485 TEOT-SBOT 10634

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO





HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIÁ  
SÃO VICENTE DE PAULA  
GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

02

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: JOÃO PAULO DE SOUZA  
SEXO: Masc. (X) Fem. ( ) IDADE: 20 ANOS CARTÃO SUS: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE ORIGEM: \_\_\_\_\_ SETOR DO HOSPITAL: \_\_\_\_\_

QUADRO CLÍNICO

Acidente exposto 215 ml plasma e sangue  
no trânsito no motocicleta

DIAGNÓSTICO: Acidente exposto sangue e plasma

TRATAMENTO INSTITUÍDO ATÉ O MOMENTO

MEDICAÇÕES UTILIZADAS:

Analgesia de 1000 mg IM  
Simpatol, eutimico, capta 60 mg

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS (Resumo dos resultados):

Exame x plasma e sangue 24

INFORMAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA

HOSPITAL DE DESTINO DO PACIENTE: HVH

DATA DA TRANSFERÊNCIA: 27/09/19 HORA DO CONTATO: \_\_\_\_\_

MOTIVOS DA TRANSFERÊNCIA: ( ) Falta de Vaga ( ) Hemoderivados

(X) Procedimento Especializado Tratamento Especializado

( ) Falta de Recurso \_\_\_\_\_

( ) Equipe Incompleta \_\_\_\_\_

( ) Outros \_\_\_\_\_

CONTATO: \_\_\_\_\_ HORA DO CONTATO: \_\_\_\_\_

VEÍCULO UTILIZADO: Ambulância do Hospital ( ) Amb. do Município (X) SAMU: USB: ( ) USA: ( )

- SOMENTE PREENCHER ESTA FICHA SE O PACIENTE FOR TRANSFERIDO NOS TRANSPORTES ACIMA CITADOS;  
→ MÉDICO/ENFERMEIRO FAVOR ESPECIFICAR O MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA DA MELHOR FORMA POSSÍVEL, DESCREVENDO OS MOTIVOS ABRANGENTES NAS LINHAS CORRESPONDENTES;  
→ É MUITO IMPORTANTE A IDENTIFICAÇÃO DO TRANSPORTE UTILIZADO;  
→ É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS CAMPOS DESSE QUADRO DA GUIA DE TRANSFERÊNCIA;  
→ SEMPRE FAZER A CHAMADA DE TRANSFERÊNCIA EM DUAS VIAS.





## RELATÓRIO MÉDICO

Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

NOME DO PACIENTE:

DATA DA ENTRADA:

DATA DA SAÍDA:

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO:

PS ( )

ENFERMARIA ( )

UTI ( )

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito  
O Rx mostra fratura de perna e fêmur  
e fíbula. Foi submetido a fixação  
externa e internado em UTI. Evoluiu bem  
e teve alta hospitalar.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Redução cirúrgica de fíbula e fêmur e  
com fixação externa.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx perna e

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Joel Ferreira  
Dr. Luiz Carlos Lopes  
Dr. Sérgio Cordeiro  
Dr. Fábio Cabral

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ( )

ÓBITO ( )

ARACAJU, 14 de novembro de 2019

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



RELATÓRIO

O (a) paciente João Paulo de Souza

foi atendido (a) na unidade dia 27/09/19

tendo sido submetido (a) tratamento ☒ cirúrgico ( ) conservador de Farturas de

Perna ES9 com Fix Ext.

REPOUSO POR \_\_\_\_\_ dias

CID J820

ARACAJU, 30 / 09 / 19

  
DR. SÉRGIO CAVALCANTI M. DE MELO  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM - 1822 TEOT - 6348



( / )



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRESSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190697699 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOAO PAULO DE SOUZA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

BENEFICIÁRIO JOAO PAULO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 07283475559

## Posição em 23-06-2020 10:11:45

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

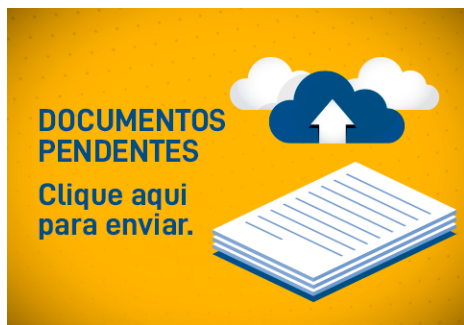
Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
23/12/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
29/12/2019	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/TX73EndZj5H0v0m7QMlapi_key=KuMhXlaPPUxk5vQyyBfCaZC4xombh__vUbZ9iZyQ6emY=)
18/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/wSTIQzfHOrjXnnpnKWraQygap_i_key=KuMhXlaPPUxk5vQyyBfCaZC4xombh__vUbZ9iZyQ6emY=)



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

## Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

## ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://pt-br.help/faq/faq-dpvt/seguro-dpvt-official/>)  
l%C3%ADder-  
dpvat)

## Serviços

> Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

p. 24

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>



- › [Consulta a Pagamentos \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx\)](#)
- › [Saiba Como Pagar \(/Pages/Saiba-como-pagar.aspx\)](#)
- › [Pontos de Atendimento \(/Pontos-de-Atendimento\)](#)
- › [Como Pedir Indenização \(/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao\)](#)

## Dúvidas e Respostas

- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

## Atendimento

- › [Chat - Atendimento On-line \(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line\)](#)
- › [Dúvidas, Reclamações e Sugestões \(/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes\)](#)
- › [Telefones de Contato \(/Contato/telefones-de-contato\)](#)
- › [Ouvidoria \(/Contato/Ouvidoria\)](#)
- › [Canal de Denúncias \(/Contato/canal-de-Denuncias\)](#)
- › [Mapa do Site \(/Mapa-do-Site\)](#)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

24/06/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico e dou fé que autuei e distribuí a presente ação no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. </br>{Via Movimentação em Lote nº 202000476}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

24/06/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Autos conclusos.</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000478}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

25/06/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se a parte autora para que, em 15 (quinze) dias, junte aos autos comprovante de residência em nome próprio e em data atual, vez que o comprovante juntado é em nome de terceiro.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Aquidabã**

Nº Processo 202060000705 - Número Único: 0000685-33.2020.8.25.0002

Autor: JOAO PAULO DE SOUZA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intime-se a parte autora para que, em 15 (quinze) dias, junte aos autos comprovante de residência em nome próprio e em data atual, vez que o comprovante juntado é em nome de terceiro.



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL SILVA REIS, Juiz(a) de Aquidabã**, em 25/06/2020, às 18:56:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001154540-49**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

01/07/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

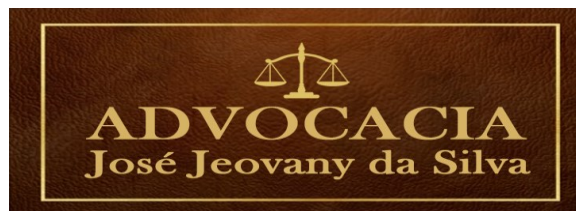
Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE AQUIDABÃ - SERGIPE**

**Processo nº 202060000705**

**JOÃO PAULO DE SOUZA**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que está subscreve, nos autos do processo que move em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, vem, **EMENDAR A INICIAL**, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, com o fito de trazer a demanda a Certidão Eleitoral atualizada, a qual comprova que o Requerente reside nesta comarca.

Requer-se, por fim, a Vossa Excelência o prosseguimento regular do feito.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 01 de Julho de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOAO PAULO DE SOUZA**

Inscrição: **0292 8753 2178**

Zona: 003      Seção: 0147

Município: 31038 - AQUIDABA

UF: SE

Data de nascimento: 15/11/1998

Domicílio desde: 12/12/2019

Filiação: - VALDICE NARCIZA DOS SANTOS SOUZA  
- CELSO DE SOUZA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): AGRICULTOR

Certidão emitida às 14:34 em 01/07/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**F62A.8JØH.LJCN.OHEZ**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



## Título e local de votação - consulta por nome

---

BIOMETRIA COLETADA

### IDENTIFICAÇÃO

CPF: 07283475559

Eleitor: JOAO PAULO DE SOUZA

### DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Municipais 2020 - 1º Turno (04/10/2020)

Zona: 003 Seção: 0147

Local: JOSE FELIX DE SA ESCOLA MUNICIPAL

Endereço: POVOADO MOITA REDONDA - ZONA RURAL

Município: AQUIDABÃ - SE

[Nova consulta](#)

## Tags

#Título de eleitor

## Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

---

 [Mapa do site](#)



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

01/07/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Autos conclusos.</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000495}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

02/07/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Em que pese o previsto no art. 99, 3º, NCPC, por não se tratar de presunção de veracidade absoluta, mas relativa, com base no art. 99, 2º, NCPC, traga o requerente, em 5 dias úteis, cópia da última declaração do imposto de renda, contracheque ou carteira de trabalho, se for o caso, ficando advertido de que sua inércia ensejará o indeferimento da gratuidade pleiteada.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Aquidabã**

Nº Processo 202060000705 - Número Único: 0000685-33.2020.8.25.0002

Autor: JOAO PAULO DE SOUZA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Em que pese o previsto no art. 99, 3º, NCPC, por não se tratar de presunção de veracidade absoluta, mas relativa, com base no art. 99, 2º, NCPC, traga o requerente, em 5 dias úteis, **cópia da última declaração do imposto de renda, contracheque ou carteira de trabalho**, se for o caso, ficando advertido de que sua inércia ensejará o indeferimento da gratuidade pleiteada.



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL SILVA REIS, Juiz(a) de Aquidabã**, em 02/07/2020, às 23:00:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001198705-67**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

08/07/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

---

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE AQUIDABÃ - SERGIPE**

**Processo nº 202060000705**

**JOÃO PAULO DE SOUZA**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que esta subscreve, vem mui respeitosamente manifestar-se, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, com o fito de provar ser merecedor da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça:

O Requerente faz jus à concessão da gratuidade da justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Porquanto, o Requerente é pessoa humilde, trabalhador rural, vivendo no momento de recursos do Auxílio Emergencial do Governo Federal, conforme documento anexo.

Além disso, como já narrado na exordial o Requerente foi vítima de um acidente automobilístico no qual sofreu fratura na perna esquerda em virtude deste acidente, donde necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial, conforme relatórios médicos anexados a inicial.

Assim, o Requerente juntou com a presente inicial a declaração de hipossuficiência, informando que não possui condições para arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem que cause dano ao seu sustento e de sua família.

Desse modo, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais e o pagamento dos honorários do perito, pleiteando, portanto, os benefícios



da gratuidade da justiça, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do CPC/2015, *in verbis*:

**Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (Grifou-se).**

Mister frisar, ainda sobre a gratuidade a que tem direito esta pessoa natural, o novo Código de Ritos Civis dispõe em seu art. 99, § 3º, que **“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”**.

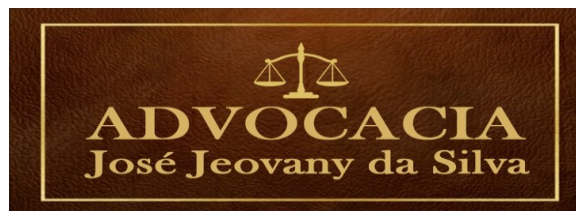
Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. Ou seja, apresentado o pedido de gratuidade acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 99, § 3º, do CPC/2015 acima).

Portanto, entender de outra forma seria impedir os mais humildes de terem acesso à justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, **bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira por meio de advogados particulares**, conforme art. 99, § 4º, do CPC/2015, vejamos:

**Art. 99, § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça. (Grifou-se).**





---

Excelência, como já afirmado, decorre da letra expressa do art. 99, § 3º, do CPC/2015, **que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei.**

Por fim, requer o Requerente a Vossa Excelência, que lhe seja concedida a gratuidade da justiça, com amparo nos argumentos de direito colacionados e documento anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 08 de Julho de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A







Versão: 1.22.7

**Olá, Joao.**

CPF: 072.834.755-59

**Seu pedido de auxilio vai seguir estas etapas:**

Data de requerimento: 07/04/2020

**1 Recebido pela Dataprev no dia 12/04/2020**

Seu Beneficio foi aprovado.

Para maiores informações sobre o pagamento consulte o site:

<https://auxilio.caixa.gov.br>**Valor do Auxílio: R\$ 600,00****2 Processamento****3 Resultado do Processamento****4 Envio para Caixa no dia 15/04/2020****Data da consulta: 08/07/2020 às 08:57****Saiba Mais**

Como as famílias são identificadas?



Calendário de pagamento

Para maiores informações acesse a página oficial do Auxilio Emergencial: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>



MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

08/07/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Autos conclusos.</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000511}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

09/07/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Considerando o atual cenário ocasionado pela pandemia do COVID-19, tornando impreciso o agendamento de audiências, ante as estimativas governamentais acerca da expurgação do vírus, deixo de designar audiência de conciliação. Assim sendo, cite-se a parte demandada para que apresente defesa, no prazo de 15 dias.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Aquidabã**

---

Nº Processo 202060000705 - Número Único: 0000685-33.2020.8.25.0002

Autor: JOAO PAULO DE SOUZA

Réu: SEGURADORA LÍDER

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Considerando o atual cenário ocasionado pela pandemia do COVID-19, tornando impreciso o agendamento de audiências, ante as estimativas governamentais acerca da expurgação do vírus, deixo de designar audiência de conciliação.

Assim sendo, cite-se a parte demandada para que apresente defesa, no prazo de 15 dias.



---

Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL SILVA REIS, Juiz(a) de Aquidabã**, em 09/07/2020, às 23:13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001241310-24**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

06/08/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que foi expedida carta de citação 202060003855.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

AQUIDABÃ DA COMARCA DE AQUIDABÃ  
Praça Eduardo Chaves, Bairro Centro, Aquidabã/SE, CEP 49790000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202060000705

**DATA:**

07/08/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202060003855 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA  
[TM4205,MD2372] <br/><br/> {Destinatário(a): SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Aquidabã  
RUA EDUARDO CHAVES, Nº 93  
Bairro - Centro Cidade - AQUIDABÃ  
Cep - 49790-000 Telefone - 7933411359/2200

Normal(Justiça Gratuita)



202060003855

PROCESSO: 202060000705 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000685-33.2020.8.25.0002  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: JOAO PAULO DE SOUZA  
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Considerando o atual cenário ocasionado pela pandemia do COVID-19, tornando impreciso o agendamento de audiências, ante as estimativas governamentais acerca da expurgação do vírus, deixo de designar audiência de conciliação. Assim sendo, cite-se a parte demandada para que apresente defesa, no prazo de 15 dias.

Atenciosamente,

Ilmo (a) Sr(a)

**Nome** : SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : CENTRO  
**Cep** : 20010000  
**Cidade** : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **OTÁVIO DE AGUIAR PENALVA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Aquidabã**, em 07/08/2020, às 10:57:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001419695-11**.



